

A questão agrária - é tempo de bom senso

LÚCIA VÂNIA (*)

Estou me lembrando bem dos dias trabalhosos das caminhadas de campanha de 1986. Eu, que fiz minha educação política em contato com os setores mais carentes da população, aprendi muito com a espontaneidade, com a capacidade de externar sua esperança e, sobretudo, de acreditar nas palavras dos candidatos.

Minha convivência com as associações de bairros, com os grupos de mães e com as primeiras-damas dos municípios me propiciou um conhecimento direto de muitas questões que são comumente teorizadas, mas quase sempre guardam uma larga distância entre a teoria e os fatos.

Ouvi muitas vezes reivindicações objetivas a respeito das oportunidades de trabalho, de educação, de saúde. Não vou me esquecer nunca daquelas expressões do povo simples, de nossa gente. Não pediam favores, não ansiavam por medidas paternalistas. Todos nos exibiam sua esperança digna, seu desejo de ser não apenas um número, mas reconhecidos como pessoas e poderem viver em condições compatíveis com a dignidade do ser humano, desfrutando das prerrogativas da cidadania integral.

Um dos temas que acendia maiores polêmicas, que fazia brilhar os olhares em nossos encontros, era sempre o da Reforma Agrária. A questão da terra está indissociavelmente ligada à vida do brasileiro.

Apesar do rápido processo de urbanização das últimas décadas, a maioria de nossa população vem do campo. Grande número permaneceria ainda no campo se o modelo de desenvolvimento que adotamos não tivesse penalizado de tal forma essas populações.

Mas como viver no campo, como viver na terra, se a cada dia aumenta a distância entre as cidades e a zona rural? As cidades se modernizam, estabelecem novas relações, aperfeiçoam serviços, enquanto no campo prevalecem as estruturas feudais, o atraso político, educacional, social e econômico.

O que tem ocorrido é que a população rural, acossada pelas dificuldades e atraída pelo falso brilho das cidades, tem emigrado continuamente. Essa fuga do campo, não só empobrece o setor produtivo rural, mas traz para as cidades contingentes humanos que, sem capacitação para os novos misteres, funcionam como novos problemas a exigirem dos administradores soluções quase sempre incapazes de acompanhar o fluxo crescente de demanda.

Educação, atendimento sanitário, segurança, empregos, moradia são questões de difícil solução que, não atendidas, contribuem para a formação dos círculos empobrecidos que envolvem os centros urbanos. Aí cresce a violência, a fome, o desespero, a crise que hoje atinge a maioria de nossas cidades.

Sei que a reforma agrária não seria a panacéia para todos os males sociais, mas seria um dos

fatores capazes de contribuir para o encarninhamento daquelas soluções necessárias à invenção de um novo Brasil.

Não podemos ir ao encontro do futuro em desequilíbrio. Não podemos desenvolver uma alta tecnologia, avançar nas conquistas democráticas, aperfeiçoar as instituições nacionais se deixarmos o setor agrícola à mercê de formas atávicas de relações e convivência. Estaremos, ao contrário, inviabilizando o futuro, fabricando os desajustes e a convulsão.

A questão agrária não pode ser vista de forma particularista, dos interesses deste ou daquele grupo, dessa ou daquela ideologia. A questão agrária deve ser considerada dentro de uma perspectiva histórica, do momento em que vivemos, das necessidades do nosso povo e das alternativas viáveis para nosso País.

É preciso urgentemente desmistificar a questão agrária e colocá-la dentro das exatas proporções do interesse nacional e da melhoria da qualidade de vida de todos os brasileiros.

Agora, que se acirram na Constituinte as discussões com fins ao encaminamento do problema, tenho a convicção que o bom senso prevalecerá e o País sairá ganhando.

Sabemos que há extensões de terras improdutivas, latifúndios onde imperam apenas as cercas de arames. Há terras públicas inutilizadas. Há extensões pedindo trabalho, presença humana, esforço concentrado.

Devemos dar ao Estado os instrumentos necessários para realizar a reforma agrária consoante os interesses nacionais. Precisamos manter a estrutura de produção agrícola. Precisamos incorporar a ela novos esforços. Não podemos colocar em crise um sistema que vem contribuindo para a alimentação do povo brasileiro, que precisamos aperfeiçoá-lo.

Sou daquelas que acreditam que a solução está no razoável. É tão injusta a situação do sem-terra que peregrina em acampamentos com sua família à espera dum quinhão para trabalhar, como a investida indiscriminada sobre a propriedade que produz, que respeita o meio ambiente, que promove o bem-estar do proprietário e dos trabalhadores que dela dependem.

Não vamos pelos extremos. A solução que propomos é a de garantir a terra para quem dela precisa e quer trabalhar. Aperfeiçoando nosso sistema através de uma política agrícola moderna, sem paternalismo, que privilegie os pequenos produtores sem a obrigatoriedade de participação da experiência produtiva rural brasileira.

A solução agrária não deverá sair em respostas aos estertores dos grupos radicais que pressionam a Assembléia Nacional Constituinte, mas em atendimento à necessidade de pacificação nacional e aos interesses das populações mais pobres deste País.

(*) Lúcia Vânia é deputada federal pelo PMDB de Goiás

CORREIO BRAZILIENSE

6 MAI 1988

Anc

P. 6